

## 4.

### O DISCURSO NA CONSTRUÇÃO DA (IN)DISCIPLINA

Viver significa tomar parte no diálogo: fazer perguntas, dar respostas, estar de acordo, e assim por diante. Desse diálogo, uma pessoa participa integralmente e no correr de toda sua vida, com seus olhos, mãos, alma, espírito, com seu corpo todo e todos os seus feitos. Ela investe seu ser inteiro no discurso, e esse discurso penetra no tecido dialógico da vida humana (Bakhtin, 1997, p.293).

Como nesta Tese tenho o objetivo de analisar como os participantes do contexto escolar constroem discursivamente a (in)disciplina e como o *outro* é representado nesse discurso, o conceito de discurso assume papel importante na pesquisa e será discutido a seguir neste capítulo.

#### 4.1.

##### O discurso como construção social

Para compreender como a (in)disciplina é construída no discurso, busco observar os indivíduos utilizando a linguagem como um sistema lingüístico que constrói significados e analisá-la como prática social determinada pelas estruturas sociais, onde os indivíduos, situados sócio-historicamente, negociam estes significados através de sua ação no mundo social. (Fairclough, 1989; Moita Lopes, 1996 e 1998). Compreendo a linguagem como conectada a um conjunto de relações que estão em permanente flutuação, visto que ela é inseparável das práticas sociais e discursivas que constroem, sustentam ou modificam as capacidades produtivas cognitivas e desejantes dos atores sociais (Fabrício, 2006, p.48).

Através do foco no termo discurso, pretendo deixar claro que não encaro a linguagem como um sistema estático e fixo, nem como uma atividade puramente individual, mas sim como uma forma de ação social (Fairclough, 1989 e 2001). Partindo dessa perspectiva, baseio-me em Bakhtin, 1929 [1992]; Berger e Luckman, 1966[2000]; Fairclough, 1989 e 2001; Moita Lopes, 1996 e 1998; Cardoso, 1999; Fernandes, 2007 para afirmar que a linguagem só possui existência efetiva na interação, e que, portanto, o discurso é constituidor e

constituído pelas interações sociais, uma vez que é através das diversas interações com o *outro* que os homens interagem, constroem conhecimento e constituem cultura. Como construção humana, “o discurso tem efeitos sobre as estruturas sociais, assim como é determinado por elas, e, desta forma, contribui para a continuidade e/ou para a mudança social” (Fairclough, 1989, p.13). Essa construção ocorre uma vez que os discursos acompanham as transformações sociais, políticas e ideológicas de toda natureza que integram a vida humana (Fernandes, 2007).

Ao observar como os indivíduos utilizam a linguagem na construção da (in)disciplina escolar, apóio-me também na visão de Fairclough (2001, p.91), de que “o discurso é um modo pelo qual as pessoas buscam agir sobre as outras, existindo dentro de uma relação dialética com a estrutura social, uma vez que o primeiro (o diálogo) é moldado e restringido pela segunda (estrutura social)”. “A realidade é relativa a formações discursivas particulares, a sistemas de poder e de conhecimento específicos, os quais, portanto, estão abertos a críticas de posições externas ou acima delas” (Fairclough, 2001, p.86). Podemos afirmar que a linguagem tem função primordial na construção da (in)disciplina e na representação do *outro* no contexto escolar (Gramsci, 1989; Freire, 1997; Falzon, 1998; Cardoso, 1999; Baccega, 2000; Cajal, 2001; Fairclough, 2001). Isto ocorre uma vez que, segundo Markova (1990, p.3), “através da comunicação social, as pessoas definem e constroem sua realidade social, dão forma e agem sobre ela”, isto é, ao se comunicarem, no processo de conhecimento da realidade, os seres humanos transformam, comunicam e adquirem conhecimento socialmente (Freire e Shor, 2000).

No processo de construção, mediado por práticas discursivas específicas, os participantes se encontram posicionados em relações assimétricas de poder, e constroem significados a respeito da questão disciplinar ao se envolverem e envolverem outros no discurso dentro de um contexto cultural, histórico e institucional específico - no caso desta pesquisa, a escola (Fairclough, 1989; Moita Lopes, 1998; Foucault, 1975 [2000]; Fernandes, 2007). Portanto, investigar o discurso da (in)disciplina dentro de uma perspectiva de construção social implica verificar “como os sujeitos envolvidos no contexto escolar atuam no mundo através da linguagem, construindo, assim, a sua realidade social e a si mesmos” (Moita Lopes, 1998, p.305). Significa ver os seres humanos como

“entrando em contato com, e criando seu mundo social tanto quanto a si mesmos através das ações sociais nas quais se engajam” (Wertsch, 1991, p.8). É a visão dual do discurso como constituído e constituidor da realidade que faz com que esse seja encarado como “um instrumento essencial na construção social dos sujeitos, do conhecimento e da própria consciência, podendo tanto gerar transformações nos comportamentos e atitudes quanto manter a ordem social vigente” (Fairclough, 1989, p.22).

Ao fazer referência à prática discursiva utilizarei a definição de Cardoso (1999, p.23), que a define como “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definem, em uma determinada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições do exercício da enunciação”. As práticas discursivas que governam as instituições sociais e políticas são, na verdade, regras discursivas que determinam o que pode ser dito e o que deve ser silenciado, quem tem autoridade para falar e quem deve apenas ouvir (Freire, 1979 [2001]; Freire, 1980; McLaren, 1997; Santos, 2000). Assim sendo, os indivíduos, ao se engajarem em práticas discursivas, também constroem e modificam - dentro dos diversos grupos sociais nos quais eles se relacionam: na família, na escola, no trabalho, nos grupos religiosos, etc. - identidades, o conhecimento, as crenças, as relações e até mesmo o senso comum (Bezerra, 2000, p. 81).

Baseando essa Tese na visão de discurso como uma construção social, destacarei alguns pontos que são fundamentais para a compreensão de como esse tema influencia na questão disciplinar. Primeiramente, a linguagem não pode ser dissociada da sociedade, pois é parte integrante dessa e se relaciona com ela de forma dialética. Isto significa afirmar que “os fenômenos sociais são lingüísticos - expressos e construídos pela linguagem em contextos sociais” (Fairclough, 1989, p.22). A linguagem é a condição para a construção do mundo social, visto que o significado não é o resultado da interação individual, mas de inteligibilidade interindividual (Moita Lopes, 1994). Ela é, ao mesmo tempo, a determinante central do fato social e o meio de se ter acesso a sua compreensão, através da consideração de várias subjetividades/interpretações de seus participantes (Moita Lopes, 1994). Assim, ao estudarmos a linguagem estamos estudando a sociedade e a cultura das quais ela é parte constituinte e constitutiva (Fabrício, 2006). Isto se dá já que,

a vida cotidiana é sobretudo a vida com a linguagem, é por meio dela que participo com meus semelhantes. A compreensão da linguagem é por isso essencial para minha compreensão da realidade da vida cotidiana (Berger e Luckman, 1966[2000], p. 57)

Assim sendo, o discurso pode ser entendido como um lugar de investimentos sociais, históricos, ideológicos, ou seja, um campo de batalha social, onde os embates políticos e ideológicos são travados, estabelecendo, mantendo e transformando as relações de poder (Stam, 1992; Cardoso, 1999; Fairclough, 2001; Fernandes, 2007). O discurso pode ser usado para conferir poder e voz aos alunos, ou para efetivamente silenciá-los, para destituí-los de poder e despossuí-los de voz (Godinho, 1995; Giroux, 1997).

## 4.2.

### A perspectiva bakhtiniana

Baseio-me neste trabalho de investigação na visão bakhtiniana de linguagem (Bakhtin, 1929[1992]), que tem como pressuposto a noção de que os sujeitos, o conhecimento e a consciência são construídos através das interações verbais sociais entre os indivíduos sócio-historicamente situados, que ocorrem como enunciações dialógicas. O diálogo vai além do ato comunicativo imediato e superficial, e é compreendido como discurso, linguagem utilizada em situações de comunicação de idéias e construção de significados que estão inseridos em um contexto social.

Para Bakhtin, não existe uma linguagem no vazio, como uma estrutura estática, independente dos interlocutores, pois esta, por ser um fato social, tem como seu grande objetivo a comunicação entre os indivíduos, dentro de um espaço social, cultural e histórico específico:

“os indivíduos não recebem a língua pronta para ser usada como sistema; eles penetram na corrente da comunicação verbal, ou melhor, somente quando mergulham nessa corrente é que sua condição desperta e começa a operar (Bakhtin, 1929 [1992], p.108).

A linguagem verbal é vista, então, como um dos meios que os homens possuem para representar, organizar e transmitir de forma específica seu

pensamento. É entendida como a capacidade humana de articular significados coletivos e compartilhá-los em sistemas arbitrários de representação, que variam de acordo com as necessidades e experiências da vida em sociedade. A linguagem é, portanto, constitutiva dos seres sociais (Bakhtin, 1929 [1992]), pois as pessoas não “aceitam uma língua, mas, através dela, se tornam conscientes e começam a agir sobre o mundo, com e contra os outros” (Stam, 1992, p.32).

A palavra não deve ser compreendida apenas como um símbolo fixo e imutável, uma unidade neutra, mas sim inserida em uma realidade social, uma vez que falante e ouvinte não interagem com a linguagem como um sistema abstrato de regras, mas sim se comunicam ininterruptamente através do diálogo, isto é, da interação verbal que se constitui por meio de enunciados, materializados em palavras (Freitas, 1999; Jobim e Souza, 2003; Cereja, 2005). Ela se revela como o local onde se confrontam valores sociais contraditórios, uma arena de embates, onde os conflitos da língua refletem os conflitos de classe do próprio interior do sistema social (Freitas, 2001 e 2003; Kramer, 2003). A partir dessa concepção, o sentido não é algo que acompanha a palavra, pois uma palavra só se torna significativa no seu uso em determinadas circunstâncias e contextos de comunicação (Fabrício, 2006, p. 57). Nesse sentido, o discurso verbal não pode ser dissociado da vida social sem perder sua significação, visto que

“a palavra é o modo mais puro e sensível de relação social, ou seja, a linguagem é um fenômeno profundamente social e histórico e, por isso mesmo, ideológico. O sentido de uma palavra não pode ser conhecido a priori, pois ao ingressar na corrente verbal polissêmica, a palavra pode ser utilizada pelos sujeitos em todas as esferas discursivas”. Neste sentido, terão de ocorrer negociações entre os sujeitos que interagem no discurso para que se estabeleça, pelo menos, um sentido. (Bakhtin, 1929[1992], p. 36).

Segundo a visão bakhtiniana, o diálogo deve ser compreendido em um sentido amplo, mas “como toda a comunicação verbal, de qualquer tipo que seja” (Bakhtin, 1929[1992], p.123). Como comunicação, deve ser entendido como “algo que faz parte da própria natureza humana”, como “o momento em que os homens se encontram para refletir sobre sua realidade tal qual como a fazem e refazem” (Freire e Shor, 2000, p.122). Por meio da negociação dialógica, os sujeitos ampliam os seus horizontes sociais, elevando seu grau de consciência, que não deve ser, portanto, encarada como um simples espelho da realidade, mas como reflexiva e refletora da sociedade (Freire e Shor, 2000, p.25). Isto se dá pelo

fato da relação dialógica implicar a presença e a contrapalavra do outro, visto que todo enunciado já é uma contrapalavra, uma resposta, pressupondo aqueles que o antecederam e todos que o sucederão (Bakhtin, 1929 [1992]; Cardoso, 1999). “Ao admitir-se a contrapalavra do outro, o indivíduo admite também que esse, ouvinte ou leitor, assume-se também como sujeito no momento em que esse se assume como locutor” (Bakhtin 1929[1992], p. 123).

O fenômeno da interação dialógica – a enunciação - se dá entre, pelo menos, dois indivíduos (falante/ouvinte, autor/leitor, etc.), socialmente organizados, e situados sócio-historicamente. Estes indivíduos são denominados interlocutores, e se constituem em sujeitos, a partir do momento em que assumem a palavra no ato da enunciação verbal (Bakhtin, 1929 [1992]; Freitas, 1999 e 2001; Kramer, 2003; Fernandes, 2007). De acordo com essa visão, a enunciação sempre parte de alguém e se dirige a outra pessoa, e é socialmente dirigida, pois, segundo Bakhtin (1929 [1992], p.112) “qualquer que seja o aspecto da enunciação, ela será determinada pelas condições reais, ou seja, pela situação social mais imediata”. Os encontros com o *outro* são sempre condicionados pela resposta potencial de um outro (Clark e Holquist, 2004), e envolvem um movimento constante de ir e vir, um embate, uma interlocução, uma tentativa de entendimento simultâneo, uma vez que, nas interações entre o *eu* e o *outro*, interpretações emergem e são transformadas (Falzon, 1998, p.38). Através da discussão e da reflexão sobre a (in)disciplina, os participantes da pesquisa constroem o *outro*. Podemos, então, afirmar que a palavra socialmente estruturada é sempre orientada em função do locutor, uma vez que

na realidade, toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra [o signo] é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apóia sobre mim numa extremidade, na outra se apóia sobre meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor. (Bakhtin, 1929[1992], p. 112-113)

Nesse sentido, o ato de dialogar envolve uma pré-disposição para ouvir o que o *outro* tem a dizer, assim como uma recusa em dogmatizar seu próprio ponto de vista, uma vez que, dentro de uma visão dialógica, a organização do mundo nunca é total, mas é sempre afetada pelo encontro com o *outro* (Falzon, 1998,

p.39). Este não é entendido como simples receptor passivo, mas um elemento constitutivo da fala daquele que enuncia fazendo com o que se diz seja em função do *outro* para quem se diz (Batista, 1997). Desta forma, o diálogo valida ou invalida, afirma ou contesta as relações entre as pessoas que se comunicam, o objeto em torno do qual se relacionam e a sociedade na qual vivem (Freire e Shor, 2000, p.123).

Podemos afirmar, portanto, que a linguagem é um produto da vida social, dinâmico e ideológico, e que “as palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios (Bakhtin, 1929 [1992], p.41). Em nossos enunciados, estão embutidas uma série de avaliações que tornam discurso e vida absolutamente indissolúveis. Essa ligação entre discurso e vida ocorre uma vez que cada ato de fala não é só o produto do que é dado, mas sempre cria algo novo que não existia (Jobim e Souza, 2003; Clark e Holquist, 2004).

Além de considerar a língua como um processo criativo ininterrupto de construção, que se materializa em atos individuais de fala, Bakhtin (1999) também acreditava que todo enunciado concreto é produto da interação entre falantes num determinado contexto e no interior de uma situação social complexa, isto é, um enunciado só pode ser compreendido no interior do contexto social, político, cultural e histórico em que ele acontece (Souza, 1999, Jobim e Souza, 2001; Fernandes, 2007). De acordo com essa concepção, “toda comunicação, toda interação verbal se realiza sob a forma de uma troca de enunciados, ou seja, na dimensão do diálogo” (Bakhtin, 1929 [1992], p.212), uma vez que, apenas em um contexto, o enunciado isolado e abstrato se torna vivo e compreensível, isto é, é verdadeiro ou falso, belo ou feio, sincero ou dissimulado, franco, cínico, dissimulado, irônico, autoritário, liberal, etc. (Souza, 1999).

A seguir, apresentarei em um quadro o resumo da perspectiva bakhtiniana de linguagem.

	Perspectiva Bakhtiniana
A língua é um(a)...	realidade viva e em evolução.
As leis da língua são ...	de natureza social ; dialogizante.
A ligação entre os elementos lingüísticos é vista como ...	-ideológica, -um amalgamar de significados e efeitos de sentido; -orientada pelo contexto.
Realidade lingüística é	interação verbal realizada através da enunciação
Concepção histórica da língua é	produto de uma interação socialmente situada.
Representantes	Bakhtin
Raízes	Marxismo Materialismo dialético

(adaptado de Costa, 2005)

#### 4.2.1.

##### As vozes

Conforme apresentado na introdução desta Tese, tenho como objetivo investigar as diferentes vozes que constroem o discurso sobre a (in)disciplina na escola analisada. Por isso, discuto neste item o conceito bakhtiniano de vozes, muito importante para a análise discursiva desenvolvida nesta Tese.

Toda sociedade se expressa em textos orais ou escritos, compreendidos como a organização coletiva de suas vozes. É importante mencionar que as vozes sociais não se manifestam no vácuo, mas sim expressam o modo como está organizada a posição dos personagens na sociedade, que junto constroem o “tecido desta sociedade” (Bakhtin, 1929 [1992]). Neste tecido, as vozes, que não têm o mesmo estatuto, estão em constante conflito; muitas vezes elas não estão em uníssono; às vezes estão fora do tom; em outros momentos, nem sequer conseguem transpor o limiar da escuta, quando os indivíduos não possuem as qualificações para fazer parte do discurso das vozes que estão em evidência na sociedade. Contudo, Bakhtin acreditava que todas as vozes da sociedade deveriam dialogar na busca do desenvolvimento de todos os seus cidadãos (Mey, 2001), visto que as consciências lingüísticas e sociais do falante e do ouvinte estão

sempre relacionadas com a palavra. Assim, o homem aprende a ver o mundo pelos discursos que assimila e interioriza ao longo de sua vida, e é através de suas enunciações que ele reproduz as vozes que constituem seu discurso (Fiorin, 1998; Barros, 2001; Mey, 2001).

Ao pensar na comunicação como um constante diálogo socialmente contextualizado, construído entre falante e ouvinte na interação social, Bakhtin afirma que não é possível conceber a linguagem como monológica, onde só há construção de significados a partir da voz do falante, ou daquele que detém o poder. Uma atitude monológica ou um mundo monológico é autocentrado, concluído, e insensível às respostas do outro, não espera estas respostas e não reconhece nelas nenhuma força decisória (Bakhtin, 1997; Bezerra, 2005). O discurso monológico não admite a existência da consciência responsiva e isônoma do *outro*, pois, o *outro* nunca é outra consciência, é mero objeto da consciência de um *eu* que tudo enforma e comanda. Este modelo descarta o *outro* como entidade viva, falante e veiculadora das múltiplas facetas da realidade social. No discurso monológico escuta-se apenas uma voz, pois as demais são abafadas e os diálogos são escondidos.

Para sobrepujar o monologismo, a única alternativa é o diálogo sem fim, recuperar a polêmica aprisionada, os confrontos sociais, que são a única forma de preservar a liberdade do ser humano, gerando entre os interlocutores uma relação que não os funde nem os reifica (Faraco, 2003, p.74). Isso significa contrapor ao discurso autoritário um outro discurso, responder a ele, questionar, dialogar e polemizar suas posições e certezas monologizantes (Camargo, 1999; Barros, 2001; Brait, 2001). Segundo Bakhtin, o discurso é polifônico, construído pelas muitas vozes que estão em constante diálogo nas diversas interações vividas e experienciadas pelos sujeitos, uma vez que

não existe nem a primeira nem a última palavra, e não existem fronteiras para um contexto dialógico... Inclusive os sentidos passados, ou seja, gerados nos diálogos dos séculos anteriores, nunca podem ser estáveis, sempre vão mudar no processo do diálogo (Bakhtin 1929 [1992], p.392).

Desta forma, a verdade não está no interior de uma única pessoa; ela surge no processo de interação dialógica de pessoas que a procuram coletivamente. Essa procura pretende conceber a vida na unidade do mundo nas múltiplas vozes

que participam do diálogo da vida. A unidade do mundo é polifônica e a palavra é sempre interindividual, pois reúne em si e manifesta-se nas diversas vozes que vão constituindo o discurso do indivíduo através de suas interações com outros eus (Jobim e Souza, 2003). Não é possível conhecer o sujeito fora do discurso que ele produz, já que este só pode ser apreendido como uma propriedade das vozes que enuncia, vozes de todos aqueles que a utilizam ou a têm utilizado historicamente, que se enfrentam em um mesmo enunciado e que representam os diferentes elementos históricos, sociais e lingüísticos que atravessam a enunciação (Cereja, 2005). As vozes são sempre sociais, e manifestam as consciências valorativas as quais reagem, isto é, que compreendem ativamente os enunciados (Zoppi-Fontana, 2001, p.118). Nossos atos individuais expressivos são o resultado de um luta interna, na qual as várias vozes de nosso passado e presente se interligam através da teia social da linguagem, que é adquirida através da internalização das vozes dos outros (Holquist, 1990, Faraco, 2003).

É necessário deixar claro que, para Bakhtin, nenhum sujeito absorve uma só voz social, mas sempre muitas vozes, uma vez que aquilo que chamamos de língua é também um conjunto indefinido de vozes sociais (Faraco, 2003). O sujeito não pode ser entendido como um ente verbalmente uno, mas como um “agitado balaio de vozes sociais” e seus inúmeros encontros e entrecruzes, onde essas vozes se apóiam mutuamente, se interiluminam, se contrapõem parcial ou totalmente, se diluem em outras, sem parodiar, sem arremedar, sem polemizar velada ou explicitamente e sem se impor como a última ou definitiva palavra (Faraco, 2003). O sujeito não é homogêneo e tem existência no espaço discursivo e constitui-se entre o *eu* e o *outro*. Seu discurso constitui-se do entrecruzamento de diferentes discursos em oposição, que se negam e se contradizem. Ao considerarmos um sujeito discursivo encontramos em sua voz diferentes vozes, oriundas de diferentes discursos (Fernandes, 2007; Hartman, 2007). Neste sentido, o homem é pelo menos duas pessoas, ou mais precisamente, uma pessoa mais seu grupo social, uma vez que o mundo é concebido como uma arena povoada de vozes sociais em suas múltiplas relações de consonâncias e dissonâncias que estão em movimento permanente, em um constante devir materializado pela interação socioideológica (Amorim, 2006).

Todo discurso é, portanto, internamente dialogizado em uma articulação de múltiplas vozes sociais; é o ponto de encontro e confronto dessas múltiplas vozes

(Faraco, 2003). Esta perspectiva discursiva é muito importante para uma nova compreensão da questão disciplinar a ser abordada nesta Tese, pois ao perceber os participantes não como seres unos e monológicos, mas como seres que carregam em si outras vozes que não somente a da instituição, estes passam a ser encarados como participantes ativos da enunciação e não apenas como repetidores das verdades monológicas determinadas pela instituição. Portanto, compreender o sujeito discursivo que se posiciona acerca da questão disciplinar requer compreender quais são as vozes que se fazem presentes em sua voz (Fernandes, 2007). Apesar da prevalência do discurso monológico nas diversas interações do cotidiano, Bakhtin acreditava em um mundo polifônico, onde a multiplicidade de vozes plenas e de consciências independentes e não fundíveis possuem direito à cidadania – vozes e consciências que interagem em um diálogo sem fim. (Faraco, 2003; Hartman, 2007).

Apesar de a visão dialógica visar à atuação de forças centrífugas, que corroem continuamente as tendências centralizadoras e permitem que os discursos se mostrem, se deixem ver ou entrever, podemos notar que, nos jogos sociais, há um contínuo esforço centrípeto, ou seja, monologizante, dos discursos que ambicionam se impor como um centro, buscando reduzir e submeter a heteroglossia (plurivocidade) (Faraco, 2003). Este jogo de poderes é percebido, também, na instituição escolar onde, muitas vezes, somente quem detém o poder define os discursos que são aceitáveis, corretos e quais são inaceitáveis, equivocados e marginais. Na escola, a tentativa de estabelecer um discurso polifônico muitas vezes é compreendida como indisciplina, pois a disciplina tradicional pressupõe submissão às regras constituídas através de um discurso monológico, que não permite dissonâncias ou multissonâncias (Grillo, 2006).

Acredito que deve prevalecer na escola uma postura dialógica, onde todos os sujeitos tenham a possibilidade de expressar suas vozes, suas concepções e suas compreensões de mundo, suas verdades. É necessário que as diversas vozes que compõem o contexto escolar dialoguem, ora em consonância, ora em conflito, e que este diálogo seja proveitoso e interessante para os sujeitos e, deste modo, contribua para a construção de uma disciplina adequada ao bom desenvolvimento do trabalho pedagógico que a escola pretende realizar.

#### 4.2.2.

#### A alteridade

Para investigar como a representação do *outro* é construída no discurso da (in)disciplina dentro do contexto escolar, é necessário discutir a importância da alteridade, a relação entre o *eu* e o *outro*.

Conforme discutido anteriormente, a linguagem “envolve produto e produtor, abrangendo, portanto, as lutas, as diferentes relações, os diversos sentidos construídos na interação. A linguagem é, portanto, conflito” (Kramer, 2003, p.80). Assim como as palavras são relacionadas com outras já proferidas, o *eu* não é autônomo, mas existe em diálogo com outros *eus*, e necessita de colaboração de *outros* para definir e ser “autor de si mesmo”. O *eu* humano não tem existência independentemente, pois depende do meio social, que estimula sua capacidade de mudança, e resposta (Stam, 2000).

A criança, vê a si própria através dos olhos da mãe e, durante toda a vida, através da incorporação de inúmeras vozes, o *eu* interage nas mais diversas situações sociais. A descoberta do *outro*, de modo cognitivo-emocional, é de importância-chave no desenvolvimento inicial da autoconsciência e na definição do ser humano, pois o *outro*, não é somente necessário, mas imprescindível para sua concepção como pessoa: é impossível pensar no homem fora das relações que o ligam ao *outro* (Bakhtin, 1929 [1992]; Giddens, 2002). Neste sentido, o *eu* não vive só para si, mas vive em relação ao *outro* (Schettini Filho, 2004).

Entender a alteridade é ser capaz de olhar o *outro* como um igual e não como um estranho (Barros, 2001; Brait, 2001; Cortella e De La Taille, 2005; Sobral, 2005), pois é somente dele que eu posso obter o meu *eu*, uma vez que este é definido como algo jamais coincidente consigo mesmo e sempre uma função do *outro*, o qual ele jamais é, mas sem o qual ele não poderia existir (Clark e Holquist, 2004, p.212). De acordo com Bakhtin, o *eu* não é uma substância completa ou uma essência ou significado por direito próprio, em si mesmo, mas só pode existir dialogicamente, pois existe somente em um relacionamento de tensão com tudo que é *outro*, com outros *eus* (Clark e Holquist, 2004, p.91-92). Neste sentido, meu *eu* é um *self* individual que responde a outros *eus* e ao mundo a partir do lugar e do tempo únicos que ocupo na existência, incorporando também aquilo que é compartilhado com *outros* (Faraco, 2005, p.37). Tudo que

diz respeito a mim chega a minha consciência por meio da palavra do *outro*. Tomo consciência de mim, originalmente, através dos outros, deles recebo a palavra, a forma e o tom que servirão à formação original da representação de mim mesmo (Bakhtin, 2003). Ser é, portanto, a atividade de “ser com” (Clark e Holquist, 2004), ou seja, se comunicar, ser um para o *outro*, e, pelo *outro*, ser para si mesmo (Faraco, 2003, p.73). Eu posso significar o que digo, mas só indiretamente, num segundo momento, usando palavras que tomo emprestadas da comunidade e lhe devolvo conforme protocolos determinados verbal e socialmente por ela. Nesse sentido, minha voz pode significar, somente com *outros*, às vezes em coro, às vezes em consenso, às vezes no dissenso, mas, na maioria das vezes, em diálogo (Clark e Holquist, 2004, p.39). Portanto,

eu não posso me arranjar sem um outro, eu não posso me tornar eu mesmo sem um outro, eu tenho que me encontrar num outro para encontrar um outro em mim (Bakhtin, 1997, p.287).

A importância do discurso em relação ao conceito de alteridade é evidente, uma vez que o *eu* só pode realizar-se verbalmente com base do *nós*, ao pressupor uma interação verbal e dialógica com o *outro* que nunca é abstrato (Bakhtin, 1999; Brait, 2006), pois

sem o *outro*, o homem não mergulha no mundo sócio, não penetra na corrente da linguagem, não se desenvolve, não realiza aprendizagens, não ascende às funções psíquicas superiores, não forma a sua consciência, enfim, não se constitui como sujeito. O *outro* é peça importante e indispensável de todo o processo de diálogo (Freitas, 2001, p.320).

Podemos afirmar, portanto, que a palavra é um ato bilateral, visto que todos os nossos enunciados são, de certa forma, resultados produzidos em conjunto entre nós mesmos e os outros. Ela é determinada igualmente por aquilo cuja palavra ela é e para quem é destinada (Clark e Holquist, 2004, p. 109). O discurso não opera sobre a realidade das coisas, mas sobre outros discursos, e, portanto, todos são “atravessados”, “ocupados”, “habitados” pelo discurso do *outro* (Fiorin, 2001).

Nesse sentido, a palavra é um território compartilhado, um produto de um relacionamento recíproco entre falante e ouvinte, expedidor e destinatário, locutor e interlocutor. Isso ocorre porque, em qualquer elocução, nós percebemos,

colocamos, ou imaginamos o que o locutor deseja dizer, e, de acordo com o juízo que formamos de seu intento, também medimos se a enunciação se completou ou não. Portanto, podemos afirmar que cada pessoa tem que lidar não apenas com a intenção da outra pessoa, mas também com a alteridade que os sujeitos vivenciam em suas interações (Brait, 2001b).

Podemos, assim, afirmar que enunciar é responder, e ao mesmo tempo se colocar para uma nova resposta. O sujeito não pode ser concebido como um fantoche das relações sociais mediadas pelo signo lingüístico – a palavra –, mas deve ser entendido como um agente, um organizador de discurso responsável por seus atos e responsivo ao outro (Sobral, 2005, p.24). O sujeito constrói suas identidades através da atitude responsiva às diversas vozes sociais, que se relacionam em uma intrincada cadeia de responsividade e atribuição de valorações sociais diferentes (e até contraditórias) aos entes e eventos, às ações e relações nela ocorrentes. Enunciar é, portanto, tomar uma posição social avaliativa, é posicionar-se frente a outras posições sociais avaliativas, já que falamos sempre numa atmosfera social saturada de avaliações (Faraco, 2003, p. 71).

Desta forma, o *eu* estabelece com o *outro* relações que geram significações responsivas a partir do encontro de posições avaliativas, que não apontam, somente em direção a consonâncias, mas também a multissonâncias e dissonâncias (Brait, 2001b; Faraco, 2003). Dessas relações pode emergir a convergência, o acordo, o mútuo complemento, a fusão, quanto à divergência, o desacordo, o embate, o questionamento, a recusa (Faraco, 2003, p.66). De acordo com essa concepção, quando o ouvinte percebe e compreende o significado de um discurso, ele simultaneamente toma uma atitude responsiva em relação a esse significado. Ele concorda ou discorda, argumenta, aplica, se prepara, para sua execução, e assim por diante. Nesse sentido,

os enunciados, ao mesmo tempo que respondem ao já dito (“não há uma palavra que seja a primeira ou a última”), provocam continuamente as mais diversas respostas (adesões, recusas, aplausos incondicionais, críticas, ironias, concordâncias e dissonâncias, revalorizações, etc. – não há limites para o contexto dialógico). O universo da cultura é intrinsecamente responsivo, ele se move com se fosse um grande diálogo (Faraco, 2003, p.57).

Após discutir as principais questões teóricas, que servirão de base para a análise dos dados gerados no contexto escolar, apresento, no próximo capítulo, a metodologia utilizada para a realização do trabalho de pesquisa.